

Pressões políticas sobre Sarney

PRESIDÊNCIA

Pressões

por José Casado de Brasília

(Continuação da 1ª página)

A principal delas foi expressa ao embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, convocado às pressas a Brasília pelo próprio Sarney.

"Vamos resistir", disse o presidente ao embaixador — agora efetivamente instalado no centro das negociações da dívida externa —, lembrando que, apesar do declínio das reservas cambiais, o governo ainda dispõe de três a quatro meses pela frente, como margem de manobra, segundo as mais pessimistas estimativas oficiais.

Essa orientação foi dada a Moreira, ao ministro Dilson Funaro, da Fazenda, ao embaixador Alvaro Alencar, principal assessor de Funaro na renegociação da dívida, e ao embaixador Rubem Ricúpero, assessor da Presidência para assuntos internacionais, durante um jantar na noite de terça-feira.

Quanto à cena econômica interna, o presidente resolveu exercitar a paciência com os índices inflacionários de janeiro e de fevereiro, porque dispõe de uma garantia política de reversão do quadro.

No debate interno do governo, o ministro Funaro e seus assessores demonstraram ao presidente que, historicamente, a inflação modera-se quando há conjugação de austeridade na administração da demanda com a expansão da oferta agrícola.

Boa safra ajuda no combate à inflação

Desde novembro passado, o governo pôs em marcha todo um elenco de medidas destinadas à contenção da demanda, que já começou a cair e poderá acentuar essa tendência, a partir de março, com maior desembolso de dinheiro dos contribuintes para atender ao I R.

Ao mesmo tempo, confirma-se a previsão da maior safra agrícola de to-

19 FEV 1987

ECON

BRASIL

GAZETA MERCANTIL

Pressões políticas sobre Sarney

dos os tempos: 63 milhões de toneladas de grãos, cerca de 24% a mais que na última colheita e algo tão grande que já são previsíveis sérios problemas de abastecimento e estocagem.

Do ponto de vista técnico, a constatação dessa conjugação econômica e de seus efeitos não é propriamente original. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda e do Planejamento (governos Geisel e Figueiredo), foi dos primeiros a observar esse "fenômeno" na recente história econômica do País. Foi, também, um dos pioneiros a esgrimir essa previsão como argumento de sustentação política junto a um presidente da República. Com êxito.

Fez isso em abril de 1979. Num texto introdutório a um relato do comportamento da economia, para o recém-empossado presidente João Figueiredo, Simonsen explicava: "Fortes quedas no ritmo inflacionário costumam ocorrer nos anos em que se conjugam a alta da produção agrícola e baixa do crescimento do produto industrial, por desaquecimento da procura".

E demonstrava: a grande queda na taxa de inflação, de 1964 para 1965, associava-se a um crescimento de 13,8% na agricultura, com recessão de 4,7% na indústria, outras quedas (de 1966 para 1967 e de 1976 para 1977) não exigiram uma recessão, mas apenas desaquecimento na expansão industrial. Nos dois casos, as taxas de crescimento da agricultura foram superiores a 9% ao ano.

Operando com uma estimativa de crescimento industrial entre 3 e 6% neste ano (no ano passado foi de 11%), o governo Sarney expressa sua confiança nessa conjugação de fatores favoráveis a uma reversão da inflação. O próprio presidente disse, nesta semana, a diferentes interlocutores que acredita na queda da taxa inflacionária já a partir de março.

Mas, em geral, os desejos políticos têm um preço. O sonho de todo administrador de política econômica é conciliar a relativa estabilidade de preços com o pleno emprego e com as baixas taxas de juros. A realidade, no entanto, tem demonstrado que são necessários alguns sacrifícios

políticos para baixar a inflação.

Assim, o que os técnicos do governo chamam de "controle da demanda", ou ainda pelo eufemismo de "ajuste estrutural do crescimento", para muitos políticos significa, no mínimo, um desaquecimento industrial, com riscos de uma recessão.

"O primeiro perigo a ser evitado é o desemprego"

"Já estamos num processo recessivo", acha o deputado Hélio Duque (PR), um dos líderes da ala esquerda do PMDB. A queda no nível de emprego industrial (0,24% em São Paulo, em janeiro, segundo a FIESP) já leva o senador Mário Covas, da ala centro-esquerda do PMDB, a uma amarga lembrança de seus tempos como prefeito da capital paulista: "O primeiro perigo a evitar é o desemprego. Aqui está alguém que quando assumiu a prefeitura de São Paulo teve de enfrentar um acampamento de desempregados no parque Ibirapuera. Havia, naquele instante, 1 milhão de pessoas desempregadas em São Paulo. Esse é o grande e o maior dos fantasmas".

Os líderes políticos, especialmente do PMDB, estão pressionando o presidente da República porque querem alguma garantia da transitoriedade dessas medidas antiinflacionárias, que têm custo político implícito ao fim à liberdade salarial e creditícia, na diminuição do emprego e da utilização da capacidade instalada da indústria (menos 2 pontos percentuais em janeiro último).

A questão política, explica o deputado Duque, é: Por quantos meses deve durar essa "crise temporária"? Ou ainda: qual vai ser o tamanho da conta a pagar em taxa de emprego e de utilização da capacidade industrial? Qual o resultado final em redução da inflação? São perguntas que os constituintes do PMDB e do PFL preparam para fazer ao ministro Dil-

son Funaro, na próxima semana, no Congresso.

É certo que o ministro convenceu o presidente do acerto de sua estratégia. É evidente, também, que Sarney lhe deu uma renovação de energia política, abriu-lhe espaço para indicação do sucessor de Fernando Bracher, na presidência do Banco Central, e, nesta semana, confirmou a diversos amigos seus que, em março, ampliará a área de atuação da Fazenda, reduzindo o tamanho político da Secretaria de Planejamento (Seplan) — um foco de resistências ao ministro da Fazenda, nos últimos meses.

Convencido de que o governo tende a um acerto de rota na administração da política econômica e que ainda há espaço para manobra com credores externos, Sarney decidiu, também, responder às pressões políticas.

No domingo, pediu ao deputado Ulysses Guimarães, que comanda o PMDB e preside a Constituinte, para reconstruir uma base emergencial de apoio político ao governo, no Congresso, de forma a poder fazer algumas mudanças na legislação econômica e, sobretudo, preparar o terreno para um endurecimento com os credores externos.

Ainda nesta semana, Sarney deverá ampliar o espectro da Aliança Democrática ao PTB de Jânio Quadro, prefeito de São Paulo, numa operação "costurada" pessoalmente pelo chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, um dos líderes do PFL.

Quanto aos governadores (atuais e eleitos) e à cúpula do PMDB e do PFL que insistem em uma briga por espaço físico no governo, Sarney decidiu concentrar sua atenção, por enquanto, na direção dos governadores.

Vai aguardar o dia 16 de março, quando os novos governantes estaduais devem tomar conhecimento da realidade econômico-financeira de seus estados — muito endividados e sem margem para novos investimentos. Nesse mesmo dia, os atuais governadores estarão começando a amargar uma dura realidade: ficam sem poder efetivo nos estados e, também, sem mandato. Ali, acredita, será o momento de conversas.

por José Casado de Brasília

Os mais recentes indicadores sobre o comportamento da economia recebidos pela Presidência da República estão longe de ser considerados animadores. Em janeiro, a queda real nas vendas do comércio teria sido, em média, de 15%; o ritmo de crescimento da produção industrial foi reduzido (de 11,8% em janeiro de 1986 para 8% em janeiro deste ano); e segmentos importantes do comércio e da indústria demitiram mais trabalhadores do que contrataram.

Um mês não representa uma tendência, porém fevereiro começou com um quadro semelhante. A inflação deve avançar para o patamar de 20%, o saldo da balança comercial tende a permanecer na faixa dos US\$ 120 milhões a US\$ 150 milhões e as reservas cambiais (entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões) ficam próximas daquilo que o CSN considera como "limite mínimo de segurança", ou seja, o equivalente a três meses de importação de petróleo.

Pelo prisma da crise, tais números potencializam as pressões políticas sobre o presidente José Sarney. "Não me faltam problemas", ele tem repetido, nesta semana, a seus amigos parlamentares e aos assessores diretos.

A um deles o presidente identificou três fontes básicas de pressão sobre o governo, neste momento, agindo de forma simultânea: dos credores externos, que identificam nas baixas reservas cambiais uma nova chance de levar o País a um programa ortodoxo de acerto do balanço de pagamentos, com evidente custo político-social; dos novos e atuais governadores, que estão desencana-deando uma grande ofensiva sobre o presidente defendendo reformas bruscas no Ministério, na economia e no sistema tributário; de um bloco de constituintes, com diferentes cores partidárias, que vêem na crise a oportunidade política de tentar uma redução do mandato de Sarney, na nova Carta, para um máximo de quatro anos.

Como o foco principal de problemas está na economia, o presidente já comunicou algumas decisões a seus interlocutores, nesta semana.

(Continua na página 6)